adufpel
SSIND. DO ANDES-SN

VOZ DOCENTE

ANDES
SINDICATO NACIONAL
CSP - CONLUTAS

JORNAL DA ADUFPel . SEÇÃO SINDICAL DO ANDES-SN . PELOTAS . EDIÇÃO 06/2021

Manifestações reforçam gritos de Fora Bolsonaro

PÁGINA 6

LEIA TAMBÉM

- Cacique Tamonharon expõe impacto do PL 490 para os povos indígenas PÁGINA 11
- Crítica feminista lança luzes decoloniais sobre a arqueologia PÁGINA 10

EDITORIAL

Trabalho precarizado, educação ameaçada

São muitas décadas de lutas dos trabalhadores, em todos os níveis de ensino, para que o direito à educação de qualidade fosse assegurado ao conjunto da população.

Desde o início do necessário distanciamento social, o trabalho na área tem sido alvo de questionamentos por todos os setores da sociedade. Ademais, o empresariado apresentou rápidas soluções para impedir que as instituições de ensino parassem. Proliferaram as plataformas digitais de transmissão e gravação de atividades, e assistimos secretarias de educação pelo país formalizarem contratos com empresas para permitir o acesso às atividades escolares por meio dessas plataformas. Ação inócua para grande parte da população excluída de uma comunicação digital compatível com as demandas dessas tecnologias.

Professores foram forçados a assumir a condução das ações escolares remotamente, com seus equipamentos e recursos. Se antes da pandemia levava-se trabalho para casa, agora a casa é o local de trabalho. A pressão para o retorno ao trabalho presencial, mesmo sem as adequadas condições sanitárias, tem exigido, em inúmeras instituições de ensino, a condução de aulas presenciais e remotas simultaneamente. Lives, exposições, slides com algum tipo de narração são chamados de "aulas" gravadas, desconfigurando qualquer conceito minimamente aceitável do que seja uma aula, que pressupõe interação, diálogo e troca.

Na nossa universidade, nada muito diverso. Os atrasos e os represamentos são tratados como responsabilidade do docente - que não foi capaz de captar a atenção dos estudantes nas atividades remotas ou ineficiente na busca dos ausentes.

Está em curso um processo de precarização do trabalho expresso na responsabilização docente por todo um processo do qual ele apenas é parte, não o todo. Comprometer parte da remuneração para adquirir materiais e equipamentos, disponibilizar atividades gravadas, usar a casa como espaço de trabalho, parece ser uma boa solução para gestores que nunca colocaram o investimento em educação como prioridade. Para os adeptos de uma concepção de formação em que o estudante é um mero depósito de informações, cujo espaço para o questionamento, para a crítica e para a divergência deva ser limitado ou inexistir, também parece uma boa possibilidade.

Precisamos estar atentos. O desconhecimento diante das emergências produzidas pelas circunstâncias sanitárias permitiu que a pressão para a criação de um "novo normal" tomasse conta do nosso cotidiano e nos levasse a adotar formas de trabalho muito distantes daqueles princípios construídos por educadores deste país.

Alertamos aos servidores públicos docentes: não é natural comprar o equipamento de trabalho (como ocorre com um precário trabalhador uberizado), não é normal interagir com uma máquina (como um robô de tele-marketing). Não nos acostumemos a isso. Não é hora de arrefecer a luta.

Jornal VOZ DOCENTE / Publicação da Associação dos Docentes da UFPel - Seção Sindical do ANDES-SN (ADUFPel) . Tiragem: Digital (excepcionalmente durante a pandemia de COVID-19)

Redação: Gabriela Venzke (MTB 0016368/RS) e Andriolli Costa (MTB 896/MS) - Diagramação: Andriolli Costa. Capa: Andriolli Costa.
adufpel.org.br

Presidenta: Regiana Blank Wille
Primeiro Vice-Presidente: Luiz Henrique Schuch
Segunda Vice-Presidente: Valdelaine da Rosa Mendes
Secretária Geral: Celeste dos Santos Pereira
Primeira Secretária: Elaine da Silva Neves
Segundo Secretário: Diogo Franco Rios
Primeiro Tesoureiro: Henrique Andrade Furtado de Mendonça
Segunda Tesoureira: Beatriz Fanchini
Terceiro Tesoureiro: Júlio César Emboava Spanó

Contato: secretaria@adufpel.org.br / (53) 98405-3726
Colaborações e sugestões para o jornal: imprensa@adufpel.org.br
Endereço: Major Cícero de Góes Monteiro, 101 - Centro - Pelotas . Cep: 96015-190 .

ATENDIMENTO EXTERNO: suspenso durante pandemia de COVID-19. Procure a ADUFPel-SSind por meios digitais das 8h às 12h e das 14h às 18h.

MURAL

GTPE analisa a precarização do ensino público

Um dos grandes desafios para a categoria docente tem sido a precarização do ensino público. O ataque à educação é projeto do Governo Federal e se institucionaliza a partir de um conjunto de atos que, muito por conta do contexto pandêmico e da sobrecarga coletiva, não recebem o devido tempo para o entendimento de seus impactos.

Para aprofundar o olhar sobre a discussão e orientar as reflexões da diretoria da ADUFPel, o Grupo de Trabalho em Política Educacional (GTPE) organizou uma sequência de encontros para estudo e debate de documentos-chave. A começar pelo Edital 35 do Ministério da Educação.

O Edital, publicado em 21 de junho deste ano, versa sobre um programa institucional de fomento e indução da inovação na formação continuada de professores e diretores escolares. Sua estrutura implicaria na alteração das bases curriculares e colocaria a lógica do empreendedorismo como um dos princípios que irá orientar todo o processo de formação.

Em reunião entre ADUFPel e a reitoria da UFPel, foi sinalizada pela pró-reitora de Ensino, Maria de Fátima Cóssio, a não adesão da Universidade ao edital. A justificativa, porém, era por uma questão burocrática. O receio que permanece é que a rejeição não se deva ao conteúdo, que é o mais grave.

Coordenadora do GTPE e segunda vice-presidente da ADUFPel, Valdelaine Mendes, refletiu em entrevista ao programa Viração sobre aquela que seria uma das maiores armadilhas neoliberais para a educação: a instauração de um espírito empreendedor em todas as instâncias das IEs.

"O empreendedorismo tem se colocado quase como um valor universal para a educação do Brasil", pondera Valdelaine. E isso se manifesta não apenas de maneira patente, com a palavra explicitamente mencionada, mas também na forma de uma lógica que perpassa todo o processo.

Para a professora, o fundamento é evidente: "buscam desenvolver nesses estudantes um conjunto de competências e habilidades para que esses sujeitos se adaptem à realidade que nós temos: excludente, desigual, hierarquizada e meritocrática". Institucionalizado de maneira irrefletida, o empreendedorismo mascara a escassez.

O estímulo meritocrático é uma defesa do sistema."Se alguém não consegue uma bolsa, um recurso para projeto ou evento, a 'culpa' fica sendo dela, que não se dedicou ou produziu o suficiente, e não da falta de verbas", reflete Valdelaine. "A educação deixa de ser um direito e passa a ser um serviço".

Em nota pública, ADUFPel rejeita respostas da reitoria

A assembleia geral de docentes da UFPel, reunida no dia 22 de julho, rejeitou de pleno a postura da Reitoria em medidas adotadas que, no entendimento da assembleia geral, atentam de forma grave contra a democracia, a autonomia acadêmica e as condições de trabalho na UFPel.

A insatisfação e o desacordo expressos nas reuniões do Conselho de Representantes e na Assembleia da ADUFPel-SSind emergem como denúncia contra a forma aligeirada na tramitação de recentes processos que impactam sobre as atividades acadêmicas e administrativas das Unidades. O padrão de justificativas apresentadas pelos representantes da Reitoria na audiência com a diretoria da ADUFPel também foi entendido como inaceitável, especialmente no que se refere a exorbitante tentativa de impor obrigatoriedade à gravação das aulas, sem amparo legal e muito menos pedagógico. Esta imposição invade o campo próprio da organização do trabalho docente e representa uma brutal ameaça à liberdade de ensino e de expressão.

A instituição universidade pública, mantida até aqui como patrimônio público com tanta luta, está sob ataque de uma contrarreforma administrativa destruidora, consentânea com o programa FUTURE-SE do governo Bolsonaro, e não pode fragilizar-se, por dentro, sob argumentos momentâneos que parecem se assentar mais em razões cartoriais do que serem orientados pelo fôlego das razões acadêmicas e seu compromisso social.

É imprescindível, portanto, que a Reitoria não abra mão, sob qualquer pretexto, do diálogo amplo e democrático que dela se espera no trato de questões relacionadas à UFPel; que suste os efeitos do Parecer Normativo 49 e da Portaria 965; que promova debates sem atropelos de prazo com a participação efetiva da comunidade universitária nas decisões e, para isso, que estabeleça um processo de negociações respeitoso com a ADUFPel-SSind.

Diretoria ADUFPel
29 de julho de 2021

Kako Xavier e a Tamborada

Créditos: Kako Xavier

Grupos resgatam raízes afro com tambores e danças

Não há como falar sobre Pelotas sem evidenciar a contribuição, a força de trabalho escravizada e a herança cultural do povo negro. A ancestralidade africana está presente nas mais diversas formas de organização política, econômica, simbólica e cultural, e não é por acaso que foi declarada, em 2018, como a "Cidade do Tambor de Sopapo" - instrumento desenvolvido durante o período das charqueadas pelos escravos, confeccionado com casca de árvore e couro de cavalo.

Se depender da ONG Odara e do projeto Tamborada, esse legado jamais será esquecido e a cultura afro-gaúcha será perpetuada por muitas gerações. Conhecidos como duas expressões do tambor, ambos os grupos têm o mesmo objetivo: o resgate das raízes negras.

Tamborada

A Tamborada, criada pelo artista gaúcho, compositor, pesquisador e produtor cultural, Kako Xavier, tem resgatado, ao longo de 11 anos, a história e a música dos negros litorâneos do estado, bem como do Sopapo. Conforme destaca, ela busca mostrar, através do instrumento tambor, a presença da etnia negra, povo escravizado que construiu o Rio Grande do Sul.

Segundo Kako, os negros saem do continente africano num processo de esquecimento das suas origens e, quando chegam ao sul do Brasil, o responsáel por fazer essa conexão é o tambor. Nesse sentido, a Tamborada faz com que pessoas negras e não negras comecem a refletir sobre as conquistas e as tradições. "Para isso, nada melhor do que se apropriar, da forma devida, desta cultura e transmitir para as novas gerações este aprendizado, da importância do costume, da alegria, da resistência, da força, da maturidade, da beleza, tudo isso que nós entendemos que o povo negro representa para o Rio Grande do Sul, para o nosso país e para fora do país também".

O projeto possui integrantes que até então não tinham contato com a música profissionalmente, e tudo nele é autoral, desde a criação dos tambores, das músicas, do jeito de cantar. São 62 pessoas de diferentes idades, gêneros, etnias e olhares.

A ideia começou, de acordo com Kako, enquanto realizava uma pesquisa no litoral norte do RS, em uma comunidade quilombola existente há mais de 200 anos na cidade de Osório, chamada Maçambique. Após, sentiu a necessidade de levar o projeto adiante e em uma proporção maior. Com a sua volta a Pelotas, decidiu dar continuidade, porém com um viés mais cultural. A partir de então, tornou-se necessário um espaço onde pudesse realizar oficinas e encontros. Foi assim que surgiu a Casa do Tambor, localizada no Laranjal, no mesmo terreno em que vive o artista, onde as pessoas se reúnem para tocar, dançar e cantar.

Como o interesse foi grande, foi formado um bloco de carnaval para que todos pudessem participar. Novos tambores foram construídos e, depois do carnaval de 2018, foi estabelecido um encontro mensal do bloco na Casa.

Odara

A ONG Odara - Centro de Ação Social, Cultural e Educacional une a dança afro e a percussão há 20 anos na cidade de Pelotas. Quem conta um pouco da história é Dilermando Freitas, mestre Griô, graduado em Licenciatura em Educação Física, um dos fundadores da ONG e luthier do tambor de Sopapo.

O grupo nasceu de outro projeto, o Cabobu. Festival idealizado e executado pelo compositor, percussionista e agitador, mestre Giba Giba, no ano 2000, que reuniu grupos de música e dança populares da região e alguns dos principais nomes da percussão nacional, como Naná Vasconcelos e Djalma Correa, e apresentou para a sociedade gaúcha que existe uma cultura negra rica e plural no estado. O Sopapo foi o centro dessa iniciativa.

"Então, a gente começou a ter a ideia de um grupo de dança afro a partir do Cabobu, um projeto super importante que veio para resgatar o tambor de Sopapo. O Giba Giba foi muito feliz com essa iniciativa porque, quando chegava em Pelotas, ele sempre dizia que estava em extinção a matriz cultural do negro na cidade, que o tambor Sopapo já não tinha mais aquela presença que tinha nos carnavais", conta Freitas.

Conforme explica, o Odara vai além da dança, ele busca valorizar a cultura negra e discutir as políticas públicas em relação ao racismo. Além disso, Dilermando enfatiza que até hoje a ONG é composta, em sua maioria, por mulheres negras e brancas. "Como nós somos um grupo expressivo de mulheres, nós chamamos essas mulheres para discussões, por tudo que elas representam para a humanidade. São as mulheres que comandam e sempre comandaram o Odara", frisa.

Pesquisa

A relevância desses dois grupos despertou a atenção de Desirée Salles, cantora, educadora musical e graduanda da Universidade Federal de Pelotas (UFPel) no curso de Licenciatura em Música. A carioca, ao chegar em Pelotas, se deparou com uma expressiva presença negra, maior do que imaginava, e por isso voltou seu olhar para a cultura afro da cidade, "principalmente para os fazeres musicais desse povo", conforme relata.

A quebra na expectativa de um lugar que imaginava ser predominantemente branco a estimulou a iniciar uma pesquisa. Ambos os grupos viraram, então, seus objetos de estudo. "Quando eu chego em Pelotas eu começo a perceber o movimento cultural que acontece na cidade, o que me chamou muita atenção".

E foi por meio do Projeto de Extensão em Percussão da Universidade, o Pepeu, que conheceu a Tamborada, da qual participa como cantora e percussionista. "Encontrando com a Tamborada e percebendo também o movimento que a ONG Odara tinha, que são dois grupos que eu vejo como representativos na luta de levar a cultura negra para frente e não deixar ser esquecida, eu achei que seria muito importante trazer isso para a Universidade, que é um espaço majoritariamente branco com raízes completamente colonizadoras", aponta.

Na sua pesquisa, ela explica que busca abordar tanto a história do Kako quanto do Dilermando, figuras importantes nos dois grupos, para trazer à literalidade a cultura do povo negro em Pelotas, os fazeres, o que esses indivíduos significam para a cidade e como a têm transformado. "Para que se inicie esse movimento de mostrar que, sim, a cultura oral é tão válida quanto a cultura científica, e que existem ciências e saberes que são tão variados quanto os saberes acadêmicos. Para isso, é necessária a pesquisa. Dar voz para que essas pessoas contem as histórias que precisam estar dentro da Universidade também".

No seu estudo, Desirée também trata do tambor de Sopapo, o qual define tanto como objeto representativo de luta e resistência quanto para relembrar de que forma era utilizado em rituais. "Mesmo estando escravizado, o povo negro usava do tambor e da percussão para se conectar com a sua cultura e com os seus deuses. (...) O tambor significa isso, essa ressignificação de algo que outrora era dor e agora é transformado em festa, mas também é a resistência de continuar aí e levando essa cultura à frente".

Novos desafios

Com a pandemia, ambos os grupos enfrentaram novos desafios. Para manterem-se ativos, Kako conta que foi realizado o projeto " Tamborada em Quarentena", programa de webtv criado para mostrar os bastidores do grupo e sua história. Além disso, juntamente a mais de 60 profissionais do segmento artístico e cultural, produziram o Salve Arte Festival, transmitido da Casa do Tambor e construído para promover o intercâmbio entre artistas de diversos lugares e contribuir para o fortalecimento da cena cultural.

"A Tamborada, de certa forma, eu sinto como o vigilante. É o projeto que dá carinho e que cede o seu espaço para que outros artistas enfrentem [a pandemia] de uma forma mais coletiva e unida. A gente vem driblando a pandemia já há mais de um ano, e a Tamborada está sempre com o lema: 'vai chegar a hora que a gente vai se abraçar de novo'. A gente tem essa expectativa e se alimenta dela", salienta.

O Salve Arte foi realizado com recursos da Lei Aldir Blanc, através do Ministério do Turismo, Secretaria Especial da Cultura e Sedac/RS, contemplando 224 artistas e ajudando 400 trabalhadores do ramo.

Enquanto isso, a ONG Odara também teve de se adaptar e passou a realizar oficinas de dança através de lives. "Não tem como ser diferente hoje. A gente estava a todo vapor antes da pandemia e teve que se reinventar como a gente sempre se reinventou. A gente não deixa esmorecer o trabalho porque traz essa força e essa resistência que a gente tem", revela Dilermando Freitas.

Grupo Odara

As ruas exigem Fora Bolsonaro

Cresce movimento contra políticas genocidas, retirada de direitos e privatizações

O grito pelo Fora Bolsonaro e Mourão ganha cada vez mais força e pode ser ouvido não somente no Brasil, mas pelo mundo todo. É nas ruas que ele ecoa, carregado por todos e todas que colocam a vida em primeiro lugar, que se indignam com a fome e a miséria, que protegem e valorizam os serviços públicos, que confiam na ciência e refutam negacionismos.

A situação insustentável pela qual atravessa o país tem aglutinado centenas de milhares de pessoas que não se conformam diante da retirada de direitos e das mais de 550 mil vidas perdidas por conta de uma política genocida.

Em maio, por compreender que o momento exige mais do que a mobilização que já vinha acontecendo nas redes sociais, movimentos sociais e sindicais, coletivos e entidades representativas passaram a articular a retomada das ruas, adotando todos os cuidados sanitários. Com máscara no rosto, cartazes e bandeiras na mão, foi no dia 29 que a voz contra o Governo Federal foi ampliada.

Desde então, mais quatro dias nacionais de protestos ocorreram: em 19 de junho, 3, 13 e 24 de julho. Em Pelotas, a Frente em Defesa do Serviço Público, das Conquistas Sociais e Trabalhistas, conhecida como Frentão, tem tomado a dianteira na organização dos protestos.

A exemplo dos outros atos, já mencionados nas edições anteriores do jornal Voz Docente, as datas de luta do mês de julho foram realizadas para somar ainda mais forças e resultaram no grande ato de 24 de julho (24J), data que ficou marcada pela maior mobilização de 2021 até o momento.

13J

No final da tarde do dia 13, movimentos, partidos e entidades sindicais, entre elas a ADUFPel, estiveram no Largo do Mercado Público para dialogar com a população sobre as pautas que nortearam o dia: a defesa da educação, da ciência, da vida e dos Correios. O protesto integrou a agenda de lutas da campanha Fora Bolsonaro do ANDES-SN e aconteceu como uma forma de agregar forças para o chamado do dia 24J.

Conforme ressalta o ANDES-Sindicato Nacional, é fundamental seguir avançando nas manifestações unitárias e massivas, a fim de conscientizar a população sobre o agravamento da situação geral do país. E a ADUFPel, para facilitar a abertura de diálogo a respeito da defesa dos serviços públicos, levou ao ato diversos materiais, muitos dos quais também foram distribuídos à população: máscaras, pirulitos, cartazes, bandeiras, adesivos e faixas.

Grande ato no 24J

No dia 24 de julho, a população de 471 cidades pelo país e outros 17 países clamaram pelo fim do governo genocida de Jair Bolsonaro. O dia também pautou a defesa da saúde e da educação públicas e de auxílio emergencial digno, a ampliação da

vacinação, e a contrariedade às privatizações e à Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 32 - da Contrarreforma Administrativa.

Dos 426 atos registrados, um deles ocorreu em Pelotas. O protesto iniciou às 10h30 no Largo do Mercado Público, deslocando-se em uma marcha até o Altar da Pátria. Nele, além dos temas já citados, os manifestantes também atentaram para o aumento da pobreza da população negra e periférica.

Para Rivânia Moura, quem mais sofre com o negacionismo diante da pandemia é a classe trabalhadora.

O movimento negro da cidade alertou para o recente flagrante de racismo sofrido por uma estudante do curso técnico de Enfermagem, ocorrido em 9 de julho durante a vacinação contra a Covid-19, realziada no drive-thru do Centro de Eventos. A situação, na época, também foi repudiada pela ADUFPel. Em nota a Seção Sindical declarou: "Não podemos pactuar com tal manifestação, particularmente num momento em que a defesa da vida é nosso mote".

Os e as pelotenses têm endurecido cada vez mais a luta em defesa, também, de políticas públicas de imunização efetivas, baseadas na ciência, conforme alerta a presidente da ADUFPel-SSind, Regiana Blank Wille: "Foi mais um dia de sairmos às ruas e mostrarmos nossa indignação com esse governo que, ao invés de proteger a população, ignora uma pandemia. Fomos nos manifestar contra a morte de mais de 550 mil pessoas que perderam suas vidas porque um governo genocida não quis comprar vacinas e ainda por cima tentou obter lucro sobre elas".

A categoria docente da UFPel e do IFSul-CaVG mais um vez aderiu ao movimento para, segundo Regiana, como trabalhadores e trabalhadores, "dizer em alto e bom som que queremos 'vacina no braço e comida no prato', não apoiamos esse governo genocida, preconceituoso, homofóbico e misógino, que não cuida do seu povo, espalha fake news e recomenda remédios sem eficácia. Fomos às ruas para expressar que não concordamos com o que estão fazendo com nosso país, destruindo as Universidades públicas, privatizando o patrimônio público! Nós fomos defender a educação e a saúde, pois não abrimos mãos!".

Para a presidente do ANDES-SN, Rivânia Moura, a classe trabalhadora sofre com as consequências do negacionismo diante da pandemia da Covid-19 e, por isso, é tão necessário pedir Fora Bolsonaro e Mourão, já que, mesmo diante da crise sanitária, o governo mantém uma política genocida, mais letal que o próprio vírus. "O modelo político imposto por Bolsonaro quer destruir os serviços ao privatizá-los para continuar promovendo um grande atentado à vida do povo brasileiro. Além da defesa da educação pública, a presença nas ruas afirma a vida acima dos lucros e se caracteriza como um dia nacional de luta contra a privatização das estatais que tem na mira mais recente os Correios, instituição indispensável para oferecer serviço ao conjunto do povo brasileiro que vai além da entrega de mercadorias e correspondência", declara.

Ainda para Rivânia, entre as pautas do Sindicato Nacional, um dos motivos da mobilização é proteger a Universidade pública, uma vez que o orçamento encaminhado pela União para 2021 não garante sequer a sobrevivência das instituições. "O que nos leva, como ANDES-SN, às ruas é acreditar na nossa força, na nossa coragem, é saber que todas as conquistas históricas da classe trabalhadora foram vitórias da nossa luta."

Para além do Brasil

No exterior, atos em vários países ecoaram os gritos de Fora Bolsonaro. Em Dublin, na Irlanda, brasileiros foram até o memorial dos direitos humanos homenagear Marielle Franco. Em seguida, andaram até a embaixada brasileira para pedir o impeachment e questionar o embaixador.

Em Tóquio, onde nesse momento acontecem as Olimpíadas, faixas contra Bolsonaro se misturaram à paisagem. Em países como Alemanha, Áustria, Espanha, Holanda e Portugal, e mais de 35 cidades de outras nações ecoaram o pedido do povo brasileiro pelo mundo.

A força das redes

Além das ruas, a mobilização foi intensa durante todo o dia nas redes. O ANDES-SN promoveu dois momentos de live. O primeiro, pela manhã, foi realizado no Instagram e contou com a presença de Rivânia Moura, Rosineide Freitas (2ª VPR Rio de Janeiro/UERJ), Luiz Blume (3º secretário do ANDES-SN/UESC) e Fran Rebelatto (2ª secretária do ANDES-SN/UNILA).

Já no período da tarde, foi realizada uma live no canal do YouTube, na qual os diversos dirigentes sindicais do ANDES-SN em todo o país mostraram cenas de ruas tomadas pelo povo exigindo o impeachment de Jair Bolsonaro. A transmissão ao vivo foi encerrada com a leitura, pela presidenta do Sindicato Nacional, de um poema de Vladimir Maiakóvski que é também uma exortação à continuidade da luta até o final.

Créditos: Fentec - Divulgação

Governos aceleram privatizações e arriscam a soberania nacional

Uma das principais metas do governo de Jair Bolsonaro é acabar com as políticas públicas de interesse social do Estado, com a venda ou fechamento de dezenas de estatais e subsidiárias até o fim do seu mandato. Capitaneado pelo ministro da Economia, Paulo Guedes, o projeto de privatização já toma corpo com a recente sanção da medida provisória que viabiliza a entrega da Eletrobras à iniciativa privada e a mais nova a estar na mira é a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT), mais conhecida por Correios.

O objetivo é ampliar o caráter patrimonialista do Estado, canalizando cada vez mais os recursos públicos para atender a acumulação privada. O governo busca arrecadar bilhões de reais e usar esse dinheiro para abater parte da dívida pública, desconsiderando todos os impactos sociais que terão as ações, além do comprometimento da soberania nacional.

Guedes já confirmou a intenção: "Pra mim, estatal boa é a que foi privatizada ", disse em entrevista à Jovem Pan. Segundo ele, há resistência do Bolsonaro apenas em relação à Petrobras, ao Banco do Brasil e à Caixa. "Essas três o presidente tem dito que não quer privatizar", completou.

No entanto, a política de privatização não se restringe somente à administração federal. Ela integra todos os níveis de governo. No Rio Grande do Sul, Eduardo Leite (PSDB) vendeu a Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica (CEEE-D) e aprovou o fim do plebiscito para facilitar a entrega de outras três. Confira a seguir.

Eletrobras

A primeira estatal de controle direto da União a ser privatizada por Bolsonaro é a Eletrobras, viabilizada pela Medida Provisória (MP) 1031/21 e sancionada pelo presidente da República em 13 de julho. A meta é vender ações da empresa até que o governo deixe de deter 60% dos papéis, como é atualmente, e passe a ser dono de 45%.

Hoje, a Eletrobras é responsável por 30% da energia gerada no país. É a maior empresa de energia elétrica da América Latina, a segunda maior do mundo em geração de energia hidráulica e a terceira em termos de matriz energética limpa e renovável.

Privatizá-la, de acordo com o Dieese (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos), é um risco para a soberania energética do país. Ainda, deve significar um aumento de tarifa de cerca de 20% nas contas de luz das residências, pelo período de 30 anos, segundo dados da Plataforma Operária e Camponesa para Água e Energia (Pocae).

O país também corre o risco de ter a qualidade da distribuição da energia prejudicada e viver novos apagões energéticos como os que aconteceram no estado do Amapá em 2020, depois da privatização da Companhia de Eletricidade.

Conforme a Pocae, a medida resultará na privatização de 125 usinas de geração, sendo 80% de base hidráulica, 71.000 quilômetros de linhas de transmissão e 366 subestações de energia elétrica. Seu patrimônio é avaliado em quase R$ 400 bilhões, mas o governo prevê arrecadar apenas cerca de R$ 61,25 bilhões com a sua venda.

Correios

Corre na Câmara dos Deputados o Projeto de Lei (PL) 591/2021 que prevê a venda

dos Correios. Ele passou a tramitar em regime de urgência na Casa no dia 20 de abril e foi colocado na pauta de votação de forma repentina, pelo presidente, o deputado Arthur Lira (PP-AL), no início de julho.

O PL, que dá sequência ao programa privatista do governo, foi apresentado pessoalmente por Bolsonaro em 24 de fevereiro ao Congresso Nacional e tem sido comandado também por Guedes e o presidente da ECT, general Floriano Peixoto.

Enquanto o PL tramita no Congresso, o governo realiza estudos sobre como privatizá-la: se através da venda direta, da venda do controle majoritário ou abertura no mercado de ações. A atuação de empresas privadas no setor poderá ocorrer por meio de concessões, cadastros ou parcerias.

Caso se concretize, a maior consequência será o fechamento de agências, aumento nos preços e piora no serviço prestado à população, segundo avaliação do diretor da Federação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Correios e Telégrafos e Similares (Fentect), Jacó Almeida. "Na nossa avaliação, talvez 5 mil cidades fiquem sem serviço ou será cobrado um preço muito superior ao atual. O próprio projeto já propõe que se pode alterar a tarifa de acordo com a distância. Então, vai ter um aumento das tarifas".

Conforme explica, a ECT pratica o subsídio cruzado, ou seja, os locais que dão lucro custeiam as pequenas cidades, sendo assim apenas é lucrativa em 324, as quais correm grave risco de deixarem de ter acesso aos serviços garantidos. "Os Correios é a única empresa pública que está em todos os 5.570 municípios. A gente entende que nenhuma outra empresa, sobretudo se ele for privatizado, vai oferecer serviço a todas essas cidades. O empresário não vai querer entrar nesses lugares para obter prejuízo. Ele vai querer concentrar o seu trabalho nas áreas que dão lucro".

A ECT vai muito além da distribuição de correspondência, ela oferece mais de cem produtos e serviços de apoio ao governo. Entre os serviços essenciais à garantia de direitos oferecidos estão a inscrição e regularização do Cadastro de Pessoa Física (CPF), fundamental nos municípios da Amazônia e do Nordeste, com dificuldades de acesso à internet. Também funciona como banco, auxilia na logística das provas do Enem e na entrega de remédios e alimentos em caso de catástrofes, podendo chegar a qualquer lugar do Brasil em até 24h e com uma eficiência de 97%.

Além disso, se a empresa for privatizada, quase 100 mil trabalhadoras e trabalhadores poderão ser demitidos. Almeida alerta que além de já sofrerem com o corte de benefícios e de salários, com a falta de concursos públicos desde 2011 e com a demissão de 35 mil funcionários desde então, os que restaram correm o risco de ficarem desempregados. "No projeto, já está previsto que vão abrir processo de demissão voluntária e daqui a um ano e meio eles podem demitir à vontade".

"Na nossa avaliação, 5 mil cidades podem ficar sem serviço dos Correios" - Jacó Almeida, diretor da Fentect.

Na resistência, funcionários têm se unido e até mesmo construíram uma frente em conjunto com entidades, federações e associações. "A categoria tem força de lutar, mas também está muito insegura porque está vendo que o governo está passando o trator em tudo, com muito dinheiro em jogo. Então, estamos apreensivos e precisando de apoio para poder vencer mais essa batalha. (...) Se a gente deixar o governo fazer o que ele está fazendo, quando terminar o ano de 2022 não vai haver mais nenhuma estrutura de serviço público para oferecer à população. A luta é muito árdua. Tem muita luta para a gente travar aí. Entendemos que temos que unificar e também reforçar o movimento pelo Fora Bolsonaro", comentou.

Interesse privado

A ECT é responsável por 44% das entregas de encomendas do país, onde pratica preços bem mais baixos do que os da concorrência. E, diferentemente do que argumenta o governo para a aprovação da proposta de privatização, ela é estratégica e lucrativa, o que atrai ainda mais o interesse do setor privado.

Por conta do aumento das compras online no país durante a pandemia, os Correios registraram lucro líquido recorde de R$ 1,5 bilhão em 2020. A estatal se tornou ainda mais estratégica para a circulação de bens vendidos via e-commerce, setor que viu o número de pedidos avançar 65,7% até maio, na comparação com igual período do ano passado.

Na avaliação de Jacó, é por esse motivo que o interesse é maior nas empresas de logística que atuam no Brasil, como a FedEx e a DHL, até mesmo conglomerados que trabalham na área do setor de vendas, como a Amazon. "Como os Correios funcionam mais como reguladores de setor e detêm por volta de 70% do mercado, para eles ficaria mais fácil adquiri-los ou tirá-los desse mercado para que consigam, até mesmo, aumentar os preços".

Privatizações no RS

Recentemente, o governador Eduardo Leite vendeu a CEEE-D em leilão com proposta única, por apenas R$ 100 mil e comemorou o resultado dizendo que o programa de privatizações de seu governo não irá parar.

Mais três estatais gaúchas estão na mira: Corsan (Companhia de Saneamento), Banrisul (Banco do Estado), e Procergs (Centro de Tecnologia da Informação e Comunicação do Estado).

Em 1º de junho, a Assembleia Legislativa do estado aprovou mais uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que retira a obrigatoriedade de plebiscito para a privatização dessas empresas, já que são as últimas que dependiam dessa cláusula para serem vendidas. Por enquanto, apenas a venda de ações da Corsan está prevista para ocorrer em seguida.

Uma das justificativas de Leite para a privatização das estatais é a exigência dessa medida por parte do Governo Federal, para que o RS possa aderir ao Regime de Recuperação Fiscal (RRF). Com o RRF, o estado poderá postergar a dívida com a União, de cerca de R$ 3,5 bilhões ao ano. Entretanto, até o momento, isso não se concretizou.

ANDES-SN

O Sindicato Nacional sempre foi crítico ao processo de privatização das estatais, iniciado nos anos 1990, e que prossegue até os dias atuais. Para ele, a privatização da Eletrobras é mais um ataque, neste momento de crise sanitária e econômica, ao povo brasileiro, que sofrerá com aumentos abusivos nas contas de luz e a perda de qualidade no serviço prestado.

Sobre a privatização dos Correios, aponta que irá prejudicar toda a população e constitui-se como um grave ataque. Em nota, frisou que os Correios são um patrimônio e que a sociedade não pode permitir o avanço do projeto de privatização "em nome da manutenção do pagamento de uma dívida pública espúria e da falsa informação de que suas contas são deficitárias".

Créditos: Tiago Kickhöfel

Caminhos para descolonizar a arqueologia

Professora da UFPel desde 2010, Loredana Ribeiro encontra na crítica feminista um tensionameno necessário para as epistemologias coloniais que ainda hoje permeiam tanto a arqueologia - seu campo de formação - quanto o próprio ambiente universitário.

Este encontro de perspectivas se manifesta em todas as faces do seu trabalho: desde os projetos de pesquisa, em que compartilha com os pares suas reflexões, à extensão. A partir dela, socializa com o público reflexões que questionam os lugares estabelecidos pelo cânone quanto à raça, gênero e sociedade.

"A antropologia e a arqueologia são profundamente eurocêntricas", reflete ela. "O homem branco, cisgênero, hetero estabeleceu a si mesmo como padrão ao analisar povos com composições sociais distintas. Eles eram então tratados como primitivos, desumanizados".

Para ajudar a desnaturalizar nosso olhar sobre a história e este passado construído pela ciência positiva, surge o projeto de extensão AMAA, o Acervo Multimídia de Arqueologia e Antropologia .

Seu foco, como expõe a professora, é o uso em sala de aula. Não por acaso, a equipe do projeto tem produzido e disponibilizado livros eletrônicos, planos de aula e vídeos de suporte para incentivar que professores e professoras levem para crianças discussões que unem cultura material, identidade, representação e patrimônio.

Um dos destaques vai para o material audiovisual, com uma linguagem contemporânea que une memes, teoria e enfrentamento aos desafios do presente.

Exposições

Na ciberexposição "O vestuário típico gaúcho e os grafismos indígenas", o texto de Jozileia Kaigang reflete sobre os modos como a padronagem geométrica que compõe o Rá (marca) do seu povo foi incorporada na pilcha sem qualquer referência aos Kaigang. As fotografias de Tiago Kickhöfel expõem este apagamento, ajudando a desnaturalizar nosso olhar.

Já em "Vai na frente que eu vou índio", encontramos um conjunto de ilustrações produzidas por Mikaela Barcellos Medeiros. A adolescente com baixa visão conta que se inspirou em desenhos de livros didáticos sobre povos indígenas para criar uma aldeia-quilombo. Mais do que isso, inverte o papel dos gêneros tradicionalmente representados: homens cuidam dos filhos, mulheres vão à caça.

Por fim, em "Dois modos de ser menina. Pelotas, séc. XIX", a narrativa da exposição costura notícias e artigos de jornal, bonecas e peças de cerâmica de 200 anos atrás para refletir sobre o que se esperava das crianças negras e das brancas ricas. Enquanto umas eram vendidas como escravas, reduzidas a força de trabalho desde cedo, as outras repetiam nas brincadeiras o ritual dos chás e convescotes para construir relações.

Conforme Loredana, a próxima exposição, que deve entrar no ar em breve, vai tratar das masculinidades. Entre as imagens que serão retomadas estão a dos bandeirantes – e o modo como suas práticas de violência e extermínio foram traduzidas em heroísmo pela historiografia paulista do século XX. Acesse o site aqui.

Créditos :Ellan Lustosa

Araldo Verón (esq.) e seu irmão Ládio protestando contra a impunidade do assassinato de seu pai

PL 490: "Lutaremos até a última gota de sangue indígena"

Após anos de tramitação, o Projeto de Lei 490 foi aprovado pela Comissão de Constituição e Justiça e encaminhado, no dia 15 de julho, para publicação. O PL deve seguir em breve para votação na Câmara e, em seguida, para o Senado sob forte pressão da bancada ruralista para aprovação. O resultado foi condenado por lideranças indígenas em todo o Brasil

Em entrevista ao programa Viração da ADUFPel o cacique Araldo Verón, o Tamonharon do povo Guarani-Kaiowá, deixou claro que o PL não será aprovado sem confronto. "Nós lutaremos até a última gota de sangue indígena. Se a Lei for aprovada, será nosso genocídio".

Proposto ainda em 2007, o projeto estabelece um marco temporal, e prevê que só poderão ser consideras terras indígenas aquelas que já estavam em posse desses povos na data da promulgação da Constituição, 5 de outubro de 1988, e exige uma comprovação dessa posse.

Trata-se de um retrocesso na luta dos povos indígenas, que buscam o reconhecimento e demarcações de suas terras. O texto ainda flexibiliza o contato com povos isolados, proíbe a ampliação de terras que já foram demarcadas e permite a exploração de terras indígenas por garimpeiros.

Desde que ainda era pré-candidato em 2018, Jair Bolsonaro repetia que em seu governo não haveria "nem um centímetro a mais de terras para indígenas". Com a aprovação do Projeto de Lei, esse número deve em verdade recuar.

Mais do que isso, o discurso do presidente estimula a violência contra povos indígenas. Denúncias de ataques de garimpeiros contra terras Yanomami tem ocorrido semanalmente em Roraima. Em Mato Grosso do Sul, terra de Araldo, o assédio constante de pistoleiros levou o Conselho Indigenista Missionário (Cimi) a expor em converência na ONU o que traduziram por "falta de vontade" do governo de prover proteção e reparação.

Marcas da Violência

Araldo e sua família carregam na pele e na memória as marcas da violência praticada pelos ruralistas. Em 2003, seu pai, o Cacique Marcos Verón, foi torturado e assassinado em um ataque dos capatazes da Fazenda Brasília do Sul, propriedade do pecuarista Jacinto Honório da Silva Neto. Seu irmão, Ládio Veron, teve o corpo coberto de gasolina sob a ameaça de ser queimado vivo. A filha de Ládio, grávida de 7 meses, foi arrastada pelo chão.

Anos depois o julgamento do caso ainda se estende. São 24 réus denunciados pelo Ministério Público pelo ataque aos indígenas. Nivaldo Alves, que deu as coronhadas que matou Verón com traumatismo craniano ficou 12 anos foragido. O pai do fazendeiro, Jacinto Honório Filho, foi acusado de ser o mentor intelectual e financeiro do atentado, nunca foi condenado.

Se, ao abrigo de uma legislação e de uma Constituição que os defendia, a violência contra indígenas segue impune, o que esperar do avanço do marco temporal? Para Araldo, a resposta é uma só: morte.